



Via da Aprovação



@palestranteluanlima

LUAN LIMA

MINISSIMULADO PMBA

DIREITO PENAL

20 QUESTÕES • NÍVEL ALTO • PADRÃO FCC

MINISSIMULADO PMBA

Direito Penal • 20 questões inéditas • nível alto

Nome do(a) candidato(a):	
Data:	Tempo líquido:

VERSÃO**Caderno do aluno - gabarito comentado**

INSTRUÇÕES

- Este caderno contém 20 questões de múltipla escolha, com cinco alternativas e uma única resposta correta.
- Conteúdo: teoria do crime; contravenções; crimes contra a vida, a liberdade pessoal, o patrimônio e a dignidade sexual; corrupção ativa e passiva; e Lei de Tortura.
- Tempo sugerido: 40 minutos, com reserva de 5 minutos para transcrição da folha de respostas.
- Marque apenas uma alternativa por questão. Questão com mais de uma marcação deve ser considerada inválida para fins de treino.
- Resolva sem consulta. A folha de respostas aparece depois da questão 20; o gabarito comentado vem em seguida.

FRASE DE COMPROMISSO**A disciplina de hoje constrói a aprovação de amanhã.**

Escopo da cobrança

A dificuldade é construída por casos concretos, distinções entre institutos próximos e alterações legislativas recentes. As questões permanecem limitadas aos tópicos do edital e adotam a legislação vigente em 15 de setembro de 2026.

QUESTÕES

VIA DA APROVAÇÃO

1. Durante o serviço, o responsável pela vigilância de uma piscina percebe que uma criança está se afogando. Embora pudesse agir sem risco relevante, permanece inerte. À luz da relevância penal da omissão, assinale a alternativa correta.

- (A) A omissão somente é penalmente relevante se o agente tiver criado o risco por comportamento anterior.
- (B) A possibilidade concreta de agir é irrelevante quando existe dever jurídico de proteção ou vigilância.
- (C) A posição de garantidor decorre exclusivamente de vínculo familiar previsto em lei.
- (D) O dever de agir incumbe a quem o tenha por lei, a quem assumiu a responsabilidade de impedir o resultado ou a quem criou o risco com comportamento anterior.
- (E) Nos crimes omissivos impróprios, o resultado é atribuído ao omitente ainda que ele não pudesse evitá-lo.

VIA DA APROVAÇÃO

2. Sobre consumação e tentativa, conforme o Código Penal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O crime está consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- (B) Atos meramente preparatórios configuram tentativa sempre que revelem, de modo inequívoco, a intenção criminosa.
- (C) A tentativa pressupõe início da execução e não consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- (D) Salvo disposição em contrário, a pena da tentativa corresponde à do crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- (E) Se a não consumação decorre de desistência voluntária do agente, incide o art. 15, e não a disciplina da tentativa.

VIA DA APROVAÇÃO

3. A respeito da desistência voluntária e do arrependimento eficaz, assinale a alternativa correta.

- (A) Ambos pressupõem que o agente tenha esgotado os atos executórios que pretendia praticar.
- (B) Na desistência voluntária, o resultado deixa de ocorrer necessariamente por intervenção externa.
- (C) No arrependimento eficaz, basta que o agente tente impedir o resultado, ainda que sua atuação seja ineficaz.
- (D) Reconhecido qualquer dos institutos, ficam impunes também os atos anteriores que constituam crime autônomo.
- (E) Na desistência voluntária, o agente interrompe voluntariamente a execução que ainda podia prosseguir; no arrependimento eficaz, esgota a execução e impede o resultado.

VIA DA APROVAÇÃO

4. Sobre o arrependimento posterior previsto no art. 16 do Código Penal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A reparação do dano ou a restituição da coisa deve decorrer de ato espontâneo, não bastando que seja voluntário.
- (B) O instituto restringe-se aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- (C) A reparação ou restituição deve ocorrer até o recebimento da denúncia ou da queixa.
- (D) Presentes os requisitos, a pena será reduzida de um a dois terços.
- (E) A reparação posterior ao recebimento da acusação não produz a redução específica do art. 16.

VIA DA APROVAÇÃO**5. Quanto ao crime impossível, assinale a alternativa correta.**

- (A) A ineficácia relativa do meio empregado impede, em qualquer hipótese, a punição da tentativa.
- (B) Há crime impossível quando a consumação não ocorre por intervenção policial durante a execução.
- (C) Não se pune a tentativa quando a ineficácia absoluta do meio ou a absoluta impropriedade do objeto torna impossível a consumação.
- (D) O crime impossível constitui causa de exclusão da ilicitude do fato praticado.
- (E) O reconhecimento do instituto depende de o agente conhecer previamente a impossibilidade da consumação.

VIA DA APROVAÇÃO**6. A respeito das causas de exclusão da ilicitude, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) São excludentes legais o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular de direito.
- (B) O agente responde pelo excesso doloso ou culposo praticado em situação inicialmente justificada.
- (C) Quem tinha dever legal de enfrentar o perigo pode invocar estado de necessidade sem qualquer restrição.
- (D) A legítima defesa admite a proteção de direito próprio ou alheio contra agressão injusta, atual ou iminente, mediante uso moderado dos meios necessários.
- (E) Se era razoável exigir o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

VIA DA APROVAÇÃO**7. No campo da culpabilidade, assinale a alternativa correta.**

- (A) O erro inevitável sobre a ilicitude do fato isenta de pena; se evitável, pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- (B) O desconhecimento da lei sempre exclui a culpabilidade do agente.
- (C) A embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool exclui a imputabilidade penal.
- (D) A obediência a ordem manifestamente ilegal de superior hierárquico torna punível somente quem deu a ordem.
- (E) A emoção e a paixão excluem a imputabilidade quando diminuem intensamente o autocontrole do agente.

VIA DA APROVAÇÃO**8. Considerando a parte geral da Lei das Contravenções Penais, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) As regras gerais do Código Penal aplicam-se subsidiariamente às contravenções.
- (B) A lei brasileira somente se aplica à contravenção praticada no território nacional.
- (C) A tentativa de contravenção não é punível.
- (D) Prisão simples e multa são as penas principais previstas para as contravenções.
- (E) A infração é contravenção quando a lei lhe comina pena de reclusão ou detenção, isolada ou cumulativamente com multa.

VIA DA APROVAÇÃO**9. De acordo com a redação vigente do Código Penal, assinale a alternativa correta sobre o feminicídio.**

- (A) Permanece circunstância qualificadora do homicídio prevista no art. 121, § 2º.
- (B) É crime autônomo do art. 121-A, punido com reclusão de vinte a quarenta anos, quando a morte decorre de razões da condição do sexo feminino.
- (C) Somente pode ser praticado por autor do sexo masculino.
- (D) As razões da condição do sexo feminino restringem-se à violência doméstica e familiar.
- (E) As circunstâncias pessoais elementares do § 1º não se comunicam ao coautor ou partícipe.

VIA DA APROVAÇÃO**10. Sobre as figuras qualificadas da lesão corporal, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) A incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias caracteriza lesão grave.
- (B) O perigo de vida caracteriza lesão grave.
- (C) A debilidade permanente de membro, sentido ou função caracteriza lesão grave.
- (D) A incapacidade permanente para o trabalho caracteriza lesão grave.
- (E) A deformidade permanente e o aborto são resultados de lesão gravíssima.

VIA DA APROVAÇÃO**11. A respeito do crime de rixa, assinale a alternativa correta.**

- (A) Quem intervém exclusivamente para separar os contendores também pratica rixa.
- (B) A participação em rixa é punível, salvo para separar os contendores; ocorrendo morte ou lesão grave, incide a forma qualificada prevista no parágrafo único.
- (C) A forma qualificada somente alcança o participante que tenha causado diretamente a morte ou a lesão grave.
- (D) Qualquer lesão corporal, ainda que leve, faz incidir a pena de seis meses a dois anos.
- (E) A rixa é classificada legalmente como contravenção penal contra a pessoa.

VIA DA APROVAÇÃO**12. Quanto aos crimes contra a liberdade pessoal, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) O constrangimento ilegal pode ocorrer depois de reduzida, por qualquer meio, a capacidade de resistência da vítima.
- (B) Não integra o art. 146 a intervenção médica sem consentimento, quando justificada por iminente perigo de vida.
- (C) A coação exercida para impedir suicídio não se compreende no crime de constrangimento ilegal.
- (D) A perseguição pode configurar-se por um único ato isolado, desde que cause temor intenso à vítima.
- (E) O sequestro ou cárcere privado é qualificado, entre outras hipóteses, se a privação dura mais de quinze dias.

VIA DA APROVAÇÃO**13. Considerando as regras atuais dos crimes de ameaça e perseguição, assinale a alternativa correta.**

- (A) A ameaça é sempre processada mediante ação penal pública incondicionada.
- (B) A perseguição é processada de ofício, independentemente de manifestação da vítima.
- (C) A ameaça, em regra, depende de representação, ressalvada a hipótese legal contra mulher por razões da condição do sexo feminino; a perseguição depende de representação.
- (D) Ambos os delitos são de ação penal exclusivamente privada.
- (E) A ameaça praticada por gesto ou meio simbólico é atípica, pois o tipo exige palavra ou escrito.

VIA DA APROVAÇÃO

14. Sobre furto, roubo, extorsão, apropriação indébita e receptação, assinale a alternativa incorreta.

- (A) No furto, o núcleo é subtrair coisa alheia móvel para si ou para outrem.
- (B) Na apropriação indébita, o agente já possui ou detém legitimamente a coisa e passa a comportar-se como dono.
- (C) No roubo, a subtração ocorre mediante violência, grave ameaça ou redução da vítima à impossibilidade de resistência.
- (D) Na extorsão, a vítima é constrangida, mediante violência ou grave ameaça, a fazer, tolerar ou deixar de fazer algo para obtenção de vantagem econômica indevida.
- (E) A receptação simples limita-se à aquisição da coisa, não abrangendo recebimento, transporte, condução ou ocultação.

VIA DA APROVAÇÃO

15. Um técnico recebe legitimamente um computador para reparo. Dias depois, decide incorporá-lo ao próprio patrimônio e o vende como se fosse seu. Considerando apenas os delitos patrimoniais indicados no edital, a conduta caracteriza

- (A) apropriação indébita.
- (B) furto simples.
- (C) roubo impróprio.
- (D) extorsão.
- (E) receptação dolosa.

VIA DA APROVAÇÃO

16. Considerando o Código Penal vigente em 15 de setembro de 2026 e as alterações da Lei nº 15.397/2026, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O furto simples é punido com reclusão de um a seis anos e multa.
- (B) No furto praticado durante o repouso noturno, a pena aumenta-se de metade.
- (C) O roubo simples é punido com reclusão de seis a dez anos e multa.
- (D) A receptação simples é punida com reclusão de dois a seis anos e multa.
- (E) A apropriação indébita passou a ser punida com reclusão de dois a seis anos e multa.

VIA DA APROVAÇÃO

17. Um supervisor constrange uma subordinada, valendo-se da posição funcional, com o objetivo de obter favorecimento sexual, sem empregar violência ou grave ameaça. Em outro fato, um passageiro pratica, sem anuência, ato libidinoso contra pessoa adulta em um ônibus, para satisfazer a própria lascívia, também sem violência ou grave ameaça. As condutas configuram, respectivamente,

- (A) assédio sexual e importunação sexual.
- (B) importunação sexual e estupro.
- (C) estupro e assédio sexual.
- (D) assédio sexual e estupro.
- (E) constrangimento ilegal e assédio sexual.

VIA DA APROVAÇÃO

18. Sobre corrupção passiva e corrupção ativa, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A corrupção passiva abrange solicitar, receber ou aceitar promessa de vantagem indevida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, desde que em razão dela.
- (B) A corrupção ativa consiste em oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- (C) A corrupção passiva somente se consuma com o efetivo recebimento da vantagem, sendo atípica a mera solicitação.
- (D) Na corrupção passiva, a pena aumenta-se de um terço se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda, omite ou pratica ato infringindo dever funcional.
- (E) Na corrupção ativa, há aumento de um terço se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda, omite ou pratica ato de ofício infringindo dever funcional.

VIA DA APROVAÇÃO

19. O diretor de uma unidade de custódia toma conhecimento de que agentes submetem um preso a tortura. Embora tenha dever jurídico e possibilidade concreta de impedir a continuidade das condutas e determinar sua apuração, permanece deliberadamente inerte. Segundo a Lei nº 9.455/1997, o diretor

- (A) responde como coautor da tortura, necessariamente com reclusão de dois a oito anos.
- (B) pratica fato atípico, pois a Lei de Tortura somente pune condutas comissivas.
- (C) responde exclusivamente por prevaricação, ainda que possuísse dever de evitar ou apurar a tortura.
- (D) incorre na modalidade omissiva da Lei de Tortura, punida com detenção de um a quatro anos.
- (E) incorre em tortura-castigo, ainda que não tenha participado dos atos de violência ou grave ameaça.

VIA DA APROVAÇÃO

20. Considerando a Lei nº 9.455/1997, inclusive a alteração promovida pela Lei nº 15.410/2026, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A tortura pode visar à obtenção de informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceiro.
- (B) A modalidade discriminatória do art. 1º, I, c, abrange expressamente discriminação racial, religiosa, sexual e política.
- (C) A tortura-castigo exige que a vítima esteja sob guarda, poder ou autoridade do agente e seja submetida a intenso sofrimento como castigo ou medida preventiva.
- (D) É tortura submeter reiteradamente mulher a intenso sofrimento físico ou mental no contexto de violência doméstica e familiar, sem prejuízo de outras infrações.
- (E) A lei pode aplicar-se a fato cometido fora do Brasil se a vítima for brasileira ou se o agente estiver em local sob jurisdição brasileira.

FOLHA DE RESPOSTAS

Preencha com caneta azul ou preta e marque somente uma alternativa por questão.

Nome:		Data:	
Acertos:		Percentual:	

QUESTÃO	A	B	C	D	E
1	☐	☐	☐	☐	☐
2	☐	☐	☐	☐	☐
3	☐	☐	☐	☐	☐
4	☐	☐	☐	☐	☐
5	☐	☐	☐	☐	☐
6	☐	☐	☐	☐	☐
7	☐	☐	☐	☐	☐
8	☐	☐	☐	☐	☐
9	☐	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐	☐

FAIXAS DE DESEMPENHO

0-9	Revisão prioritária
10-14	Base em construção
15-17	Bom desempenho
18-20	Domínio avançado

GABARITO COMENTADO

Use os comentários para identificar o fundamento do erro, não apenas para conferir a letra.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	B	E	A	C	C	A	E	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	E	A	E	A	C	D	B

QUESTÃO 1 • RESPOSTA D

Fundamento: Código Penal, art. 13, § 2º.

A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever jurídico pode nascer da lei, da assunção da responsabilidade de proteção ou da criação prévia do risco. A capacidade concreta de agir integra a própria regra legal.

QUESTÃO 2 • RESPOSTA B

Fundamento: Código Penal, arts. 14 e 15.

A tentativa exige início da execução. A inequívoca intenção criminosa não transforma, por si, atos preparatórios em tentativa. As demais alternativas reproduzem a disciplina legal da consumação, da tentativa e da desistência voluntária.

QUESTÃO 3 • RESPOSTA E

Fundamento: Código Penal, art. 15.

A diferença está no estágio da execução. Na desistência, o agente ainda podia continuar, mas não quer; no arrependimento eficaz, já praticou os atos executórios pretendidos e atua para impedir o resultado. Em ambos, responde pelos atos já praticados que sejam penalmente típicos.

QUESTÃO 4 • RESPOSTA A

Fundamento: Código Penal, art. 16.

A lei exige ato voluntário, e não espontâneo. O benefício pressupõe crime sem violência ou grave ameaça à pessoa e reparação do dano ou restituição da coisa até o recebimento da denúncia ou queixa, com redução obrigatória de um a dois terços.

QUESTÃO 5 • RESPOSTA C

Fundamento: Código Penal, art. 17.

A impossibilidade deve ser absoluta. Se o meio é apenas relativamente ineficaz ou o objeto apenas relativamente impróprio, pode haver tentativa punível. A intervenção policial, por si, não transforma o fato em crime impossível, e o instituto atua no plano da tipicidade.

QUESTÃO 6 • RESPOSTA C

Fundamento: Código Penal, arts. 23 a 25.

O art. 24, § 1º, afasta a alegação de estado de necessidade por quem tinha dever legal de enfrentar o perigo. As demais alternativas correspondem ao texto dos arts. 23 a 25, inclusive quanto ao excesso e à redução prevista no art. 24, § 2º.

QUESTÃO 7 • RESPOSTA A

Fundamento: Código Penal, arts. 21, 22 e 28.

O erro de proibição inevitável isenta de pena; o evitável permite redução de um sexto a um terço. O desconhecimento da lei é inescusável, a ordem deve ser não manifestamente ilegal e a emoção, a paixão e a embriaguez voluntária ou culposa não excluem a imputabilidade.

QUESTÃO 8 • RESPOSTA E

Fundamento: Decreto-Lei nº 3.688/1941, arts. 1º a 5º; Decreto-Lei nº 3.914/1941, art. 1º.

Reclusão e detenção caracterizam crime. A contravenção é a infração a que a lei comina prisão simples ou multa, isolada, alternativa ou cumulativamente. A LCP prevê aplicação subsidiária do Código Penal, territorialidade restrita e impunibilidade da tentativa.

QUESTÃO 9 • RESPOSTA B

Fundamento: Código Penal, art. 121-A; Lei nº 14.994/2024.

Desde a Lei nº 14.994/2024, o feminicídio é crime autônomo. As razões da condição do sexo feminino abrangem violência doméstica e familiar ou menosprezo/discriminação à condição de mulher. A lei não exige autor homem e determina a comunicação das circunstâncias pessoais elementares ao coautor ou partícipe.

QUESTÃO 10 • RESPOSTA D

Fundamento: Código Penal, art. 129, §§ 1º e 2º.

A incapacidade permanente para o trabalho integra o § 2º e caracteriza lesão gravíssima. Já incapacidade para ocupações habituais por mais de trinta dias, perigo de vida e debilidade permanente estão no § 1º, como lesões graves.

QUESTÃO 11 • RESPOSTA B

Fundamento: Código Penal, art. 137.

O tipo exclui expressamente quem participa apenas para separar os contendores. Se ocorre morte ou lesão corporal grave, aplica-se, pelo fato da participação na rixa, a pena de seis meses a dois anos. Lesão leve não basta para a forma qualificada.

QUESTÃO 12 • RESPOSTA D

Fundamento: Código Penal, arts. 146, 147-A e 148.

A perseguição exige reiteração. Um ato isolado não preenche o art. 147-A, embora possa configurar outro delito. As exclusões do constrangimento ilegal e a qualificadora temporal do sequestro ou cárcere privado constam expressamente dos arts. 146 e 148.

QUESTÃO 13 • RESPOSTA C

Fundamento: Código Penal, art. 147, §§ 1º e 2º, e art. 147-A, § 3º.

A ameaça admite palavra, escrito, gesto ou outro meio simbólico. Em regra, depende de representação, exceto na hipótese do art. 147, § 1º. O crime de perseguição também é de ação penal pública condicionada à representação.

QUESTÃO 14 • RESPOSTA E

Fundamento: Código Penal, arts. 155, 157, 158, 168 e 180.

O art. 180 contém vários núcleos: adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar coisa que o agente sabe ser produto de crime, além de influir para que terceiro de boa-fé a adquira, receba ou oculte. As demais alternativas diferenciam corretamente os delitos patrimoniais.

QUESTÃO 15 • RESPOSTA A

Fundamento: Código Penal, art. 168.

O técnico recebeu lícitamente a posse ou detenção do bem e, posteriormente, inverteu o título da posse, apropriando-se da coisa alheia móvel. Não houve subtração, violência, grave ameaça nem recebimento de produto de crime. Como o bem foi recebido em razão da profissão, incide ainda a causa de aumento do art. 168, § 1º, III.

QUESTÃO 16 • RESPOSTA E

Fundamento: Código Penal, arts. 155, 157, 168 e 180; Lei nº 15.397/2026.

A Lei nº 15.397/2026 elevou as penas de furto, roubo e receptação, mas não alterou o caput do art. 168. A apropriação indébita permanece punida com reclusão de um a quatro anos e multa.

QUESTÃO 17 • RESPOSTA A

Fundamento: Código Penal, arts. 213, 215-A e 216-A.

No primeiro fato, o agente busca favorecimento sexual prevalecendo-se de superioridade hierárquica ligada ao emprego, o que caracteriza assédio sexual. No segundo, há ato libidinoso sem anuência para satisfação da lascívia, sem violência ou grave ameaça e sem crime mais grave, configurando importunação sexual.

QUESTÃO 18 • RESPOSTA C

Fundamento: Código Penal, arts. 317 e 333.

A corrupção passiva é delito de ação múltipla: a solicitação, por si, pode consumá-lo, independentemente do recebimento. Os tipos também abrangem aceitar promessa, na modalidade passiva, e oferecer ou prometer vantagem, na ativa.

QUESTÃO 19 • RESPOSTA D

Fundamento: Lei nº 9.455/1997, art. 1º, § 2º.

Aquele que se omite diante das condutas de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, pratica a modalidade omissiva prevista no § 2º, cuja pena é de detenção de um a quatro anos. Essa figura não se confunde com coautoria na tortura comissiva nem com tortura-castigo.

QUESTÃO 20 • RESPOSTA B

Fundamento: Lei nº 9.455/1997, arts. 1º e 2º; Lei nº 15.410/2026.

A alínea c menciona expressamente apenas discriminação racial ou religiosa. A Lei nº 15.410/2026 acrescentou a submissão reiterada da mulher a intenso sofrimento no contexto doméstico e familiar, e o art. 2º prevê as hipóteses de aplicação extraterritorial indicadas.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Textos oficiais consultados

- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal, texto compilado. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941, art. 1º. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3914.htm
- BRASIL. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Lei dos Crimes de Tortura. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm
- BRASIL. Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. Feminicídio como crime autônomo. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14994.htm
- BRASIL. Lei nº 15.397, de 30 de abril de 2026. Alterações nos crimes patrimoniais. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15397.htm
- BRASIL. Lei nº 15.410, de 20 de maio de 2026. Nova modalidade de tortura doméstica. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15410.htm

Marco legislativo

O conteúdo adota os textos legais vigentes em 15 de setembro de 2026. Merecem atenção especial as alterações introduzidas pelas Leis nº 14.994/2024, nº 15.397/2026 e nº 15.410/2026.

CONTINUE SUA PREPARAÇÃO COM A VIA DA APROVAÇÃO
Siga no Instagram: @palestranteluanlima e @viadaaprovacao
Acesse materiais, orientações e acompanhamento:
via-da-aprovacao.palestranteluanlima.workers.dev